



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: ARSELINO TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 23-08-12

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Com a minha presença, na presidência, e a presença dos Vereadores Eliseu Gabriel e Floriano Pesaro, da Sra. Joselina Maria Villares Ferreira Bastos, assistente parlamentar, representando o Vereador Claudio Fonseca e do Sr. Euzébio de Freitas, assessor parlamentar, representando a Vereadora Sandra Tadeu, declaro aberta essa audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Participativa.

Esta Presidência recebeu um ofício, o qual será lido.

- É lido o seguinte: (indicação do Vereador Eliseu Gabriel para substituir a Vereadora Edir Sales, na Comissão de Constituição e Justiça, em caráter excepcional, exclusivo para a reunião a ser realizada, na data de hoje)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Esta audiência pública visa à discussão do PL 310/2012, do Executivo, que dispõe sobre a criação de cargos de assistente de diretor de escola, no quadro do magistério municipal, altera a redação do § 3º do artigo 91 da lei 11.434, de 12 de novembro de 1993, relativo à remuneração de servidores, quando no exercício dos cargos de provimento em comissão, ali referidos; altera o valor da gratificação de que trata o artigo 3º da lei 10.429, de 24 de fevereiro de 1988, devida aos membros do Conselho Municipal de Educação; instituiu abono de compatibilização para os servidores que específica e acrescenta referências de vencimento ao quadro do magistério municipal.

Foram convidados a participar dessa audiência pública os Srs. Rubens Chammas, da Sempla, e Célia Regina Guidon Falótico, da Secretaria Municipal de Educação. Indago à Assessoria da Comissão se os Srs. Secretários compareceram ou há algum representante. (Pausa) Está presente a Sra. Marisa Leiko Kubo, da Secretaria Municipal de Educação, que irá representar a Sra. Secretária. Assim, convido-a a participar da mesa. Não está presente nenhum representante da Sempla.

Esta audiência pública foi solicitada pelo Vereador Eliseu Gabriel, membro da Comissão de Educação, e pelas entidades sindicais, do Sinesp, do Sindsep, Sedin e Aprofem.

Solicito aos representantes das entidades que queiram se pronunciar para fazerem suas inscrições, para iniciarmos os trabalhos. A nossa ideia é trabalharmos até o meio-dia. Se necessário, poderemos ampliar o prazo.

Tem a palavra o nobre Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Essa é uma audiência muito representativa. Por isso, temos de prestar muita atenção no que as pessoas têm a falar. Vamos ouvi-los primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Os representantes de entidades poderão usar a palavra primeiramente. A audiência da Comissão de Constituição e Justiça visa a debater esse projeto. Ela analisa apenas a legalidade e a constitucionalidade do PL. Depois teremos oportunidade de realizar uma outra audiência pública na Comissão de Educação,

quando será debatido o mérito da matéria.

O SR. ELISEU GABRIEL – As pessoas já podem se inscrever e começar a falar.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Correto, nobre Vereador.

Tem a palavra o Sr. João Alberto Rodrigues de Souza, Presidente do Sinesp.

O SR. JOÃO ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA – Bom dia a todos, especialmente à Presidência da comissão e ao Vereador Eliseu Gabriel. O Sinesp solicitou essa audiência por uma história de vida na rede municipal de ensino. O ensino que começou, nas garagens da periferia de São Paulo, com os pioneiros e pioneiras, construiu, ao longo de sua história, um Estatuto, do qual temos muito orgulho. Ele tem princípios, os quais consideramos fundamentais para a defesa da categoria e da educação de qualidade. Precisam ser preservadas determinadas situações atropeladas por interesses outros que não são os da Educação.

O PL 310/2012 ataca dois desses princípios fundamentais do nosso Estatuto. Um deles é a isonomia entre aposentados e pensionistas e ativos. O Estatuto criado no começo da década de 90 trouxe instrumentos, no momento de sua promulgação, por esta Casa, que garantiam as formas de enquadramento dos então aposentados e pensionistas dentro da carreira que estava sendo criada. Ao longo da história, todas as alterações feitas na estrutura da carreira tiveram a preocupação de respeitar aposentados e pensionistas, criando instrumentos, dentro do texto legal, que regulavam como deveria acontecer o enquadramento de aposentados e pensionistas nas novas situações que estavam sendo alteradas na carreira. Essa é a primeira vez isso não acontece. Há um PL encaminhado pelo Executivo, que, simplesmente, ignora a existência de aposentados e pensionistas, profissionais que trabalharam a vida inteira dentro dessa rede e que a transformaram no que é hoje. O Sinesp não pode admitir que isso seja prevalecido. É indispensável que aposentados e pensionistas tenham o direito de serem enquadrados nas novas referências que estão sendo criadas. A forma como o PL instituiu essas referências, colocando que apenas, por meio de evolução

funcional, o instituto, do qual aposentados e pensionistas já estão excluídos, esses cheguem até às últimas referências da carreira. Isso é inaceitável e nós contamos com a Câmara para que seja alterada essa situação. Há outro ponto, que também consideramos terrível, na estrutura desse documento. Ele desrespeita outro princípio que sempre esteve resguardado nas alterações que a carreira sofreu. Todo mundo tem o direito de atingir a última referência antes da sua aposentadoria.

As gestoras municipais de Educação têm direito à aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho. Como um PL pode propor que a última evolução funcional aconteça aos 28 anos? Isso é um desrespeito à mulher e discriminação com as trabalhadoras. É inaceitável. Além disso, cria um ônus para os cofres do município, que terá de arcar com o pagamento de abono de permanência para profissionais que queiram exercer o seu direito, para conseguir a última evolução na carreira. Então, pelo menos, três anos de abono de permanência deverão ser pagos às profissionais que queiram garantir o direito de terem aposentadoria integral, a que fazem jus. Durante anos e anos, esta Câmara viveu situações, em que outros Executivos levaram a categoria à Justiça, em busca de seus direitos. Essa é uma forma de burlar inclusive a lei, deixando para outras administrações futuras o peso da incompetência e do desrespeito aos direitos, o peso de quem não leva em conta aquilo que tem de ser respeitado na Constituição e na legislação.

Então, desejamos contar com os Vereadores desta Casa, para que alterem essas injustiças e para que não atolem, novamente, a Justiça, com processos que vão dar em precário e vão rolar, rolar e rolar, anos e anos a fio, como temos visto, historicamente, na cidade de São Paulo. Esperamos fazer justiça, garantindo aos aposentados e aposentadas, às pensionistas e a todas as mulheres da carreira do Magistério o direito de terem a última referência dentro do seu padrão de vencimentos.

Agradecemos a atenção, esse espaço e a gentileza da comissão, que chamou essa audiência, muitíssimo necessária. Agradecemos também todos os aposentados, aposentadas,

servidores e servidoras presentes, que tiveram de largar as suas atividades, no dia de hoje, para garantirem os seus direitos na Câmara Municipal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Eu que agradeço. Com muito orgulho, anuncio aqui a presença do Sr. Roberto Tripoli, ex-Presidente desta Casa e Líder do Governo.

Tem a palavra a Sra. Margarida Prado Genofre, Vice-Presidente da Aprofem.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Sr. Presidente, nobre Vereador Arselino Tatto e nobre Vereador Eliseu Gabriel, infelizmente, não tenho nenhuma autoridade para cumprimentar nenhum representante do Governo Municipal, responsável pelo envio desse projeto a esta Casa; mas tenho a satisfação de me dirigir a tantos e tantas colegas do município de São Paulo, aos quais tenho, felizmente, tenho a honra de poder chamar de amigos muitos dos senhores, companheiros de jornada.

Se estamos aqui hoje é porque esse projeto de lei mobilizou-nos e nos mobilizará sempre, toda vez que esta Casa receber algum projeto que venha a mexer com as nossas vidas. Dirijo-me, muito especialmente, aos membros desta douta Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Participativa, para dizer que se essa comissão tem algo a analisar e dizer sobre os projetos que lhe caem sobre os olhos, é justamente sob o ponto de vista da constitucionalidade e da justiça de cada projeto aqui encaminhado.

Eu não vou repetir o que, com muito brilhantismo, o pronunciamento do Sr. João, que me antecedeu. Não vou ficar cansando todo mundo, para explicar o que está inconstitucional. Lembro apenas que um dos princípios constitucionais garantidos para a gente, para todo brasileiro, não só para nós, servidores municipais, especificamente, profissionais de Educação, o princípio da paridade. Nós, que aposentamos e aqueles que irão se aposentar, dentro desse princípio constitucional, estão sendo desprezados nesse momento. Aliás, isso vem acontecendo, sucessivamente, em diversos projetos de lei que vieram a esta Casa e que acabaram sendo aprovados. Quando se colocam gratificações, bônus, abonos e prêmios, tudo que visa a deixar de fora aquele que se aposentou, vez direito à paridade, é ferir a

Constituição.

Então, estou chamando a atenção dos Srs. Vereadores, com todo respeito, para que atentem a esse ponto. Temos princípios constitucionais, que estão sendo, simplesmente, ignorados. Onde está a paridade e a isonomia? Aí há o outro vértice dessa comissão(?), a justiça. Qual é a justiça que há em deixarem de fora pessoas que deram toda a sua vida para construir esse ensino municipal? Não faz sentido, não é justo. O que estamos defendendo é que esse projeto de lei seja aperfeiçoado. Ninguém está aqui contra a criação de duas referências. Muito pelo contrário, ela é bem vinda, mas que ela seja estendida aos aposentados, e que haja critérios que não obriguem pessoas - fato que o Sr. João já colocou - a trabalharem além do obrigatório, para poderem obter essa última referência.

Ademais, nesse projeto, há também outros pontos que gostaríamos de focar rapidamente. Por essas políticas de gratificações, bônus e abonos, nem todos os servidores da ativa foram contemplados em projetos anteriores. O projeto visa a resgatar alguns desses cargos que estavam fora, criando o abono de compatibilização. Então, colocaram inspetor de aluno, auxiliar de secretaria e auxiliar administrativo de ensino, com toda propriedade, mas continuam de fora secretário de escola e o assistente de diretor nesse abono complementar, nessa compatibilização. Então, aí também não há isonomia.

O outro artigo que visa a dar ao secretário de escola a possibilidade de, ao progredir na sua carreira base, de auxiliar técnico de Educação, ao ocupar o cargo, em comissão de secretário de escola, não tenha grandes vantagens, porque quando ele progride, na carreira, aquela remuneração, como secretário de escola hoje, é estável, não muda. Não adianta se progredir na carreira, porque ele, como secretário, continua recebendo as mesmas coisas. Então, o projeto visa, acertadamente, depois de muita luta, resgatar parte dessa injustiça ao conceder o grau, mas falta ainda a correspondência nas referências. Se ele progride na carreira, precisa ter essa correspondência, enquanto no desempenho do cargo em comissão de secretário de escola.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Eu que agradeço. Se chegou algum representante de Sempla ou da Secretaria Municipal de Educação, por favor, dê o nome ao assessor da comissão, para compor a mesa.

Tem a palavra a Sra. Maria Benedita de Castro de Andrade, do Sinesp.

A SRA. MARIA BENEDITA DE CASTRO DE ANDRADE – Bom dia a todos, colegas do Sinesp e de outras entidades, Vereadores Eliseu Gabriel e Floriano Pesaro, nós ficamos muito felizes por podermos ter esse espaço, mais uma vez, para que possamos trazer as nossas reivindicações e demandas, em busca de justiça, acima de tudo.

Esse projeto que estamos tratando hoje, o PL 310/2012, está contemplando algumas das nossas lutas históricas. A criação de cargo de AD para CEI é importantíssima. É uma luta do Sinesp, um dos sindicatos que logo apoiou a vinda das creches para a Educação. Entendemos que a educação tem de ser continuidade. Até agora, os CEIs tinham essa discriminação, no momento em que não havia o AD; sobrecarregava outros profissionais, na ausência do diretor. Esse é um ponto que o Sinesp considera importantíssimo nesse projeto.

Tirando as questões que a Sra. Margarida levantou, especificamente do Sr. Secretário e do ATE(?), esse PL também repara uma injustiça com os conselheiros do Conselho Municipal de Educação. O Sinesp também considera que a remuneração deles é mais do que justa. Há aumento e valorização. Afinal de contas, eles têm um trabalho importantíssimo dentro da Secretaria Municipal de Educação.

A questão principal que nos traz aqui também é a discriminação do aposentado. Já foi falado isso aqui. É a primeira vez que está ocorrendo isso. Nas vezes anteriores, sendo foram trazidas as disposições transitórias, como a inclusão do aposentado.

Sou a prova vivo do perigo que corremos. Quando houve o QPE, não fui conduzida ao 22, fiquei no 21. Hoje a diferença minha para o padrão final é 360 reais. Fazendo uma conta simples, só uma subtração, que, felizmente, na segunda série já sabem fazer, passando como

está, a diferença da minha referência, se eu não for conduzida, para a última que está se propondo, é 1.150 reais. Então, o que está em perigo nesse momento? É o precedente.

Nobres Vereadores, hoje nós estamos tratando de duas referências. Passa hoje, amanhã vem outro Governo de plantão e passa mais duas. O aposentado vai ficando no limbo, se não houver manutenção da carreira.

A carreira do município de São Paulo causa inveja ao restante do Brasil. Ninguém, no Brasil, tem uma carreira como a nossa. O plano nacional, que está em estudo para aprovação nesse momento, tem vinte metas. Duas metas tratam de plano de carreira. Vejam a importância disso. Enquanto o nacional, para que todos tenham um plano de carreira, esse PL, se passar da forma como está, será a destruição, o desmanche do nosso plano de carreira. Não podemos permitir isso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Convido o Sr. Daniel Guth, representando a Secretaria Municipal de Educação, e a Sra. Marisa Leiko Kubo, para comporem a mesa.

Normalmente, nas audiências públicas, ouvimos sempre o Executivo.

Tem a palavra a Sra. Iracema de Jesus, do fórum dos readaptados.

A SRA. IRACEMA DE JESUS – Bom dia a todos. Conheço mais da metade do plenário. Uma coisa que está em moda é todo mundo dizer que Paulo Freire é o grande educador do mundo. Várias universidades pelo mundo todo têm dado prêmios a ele, inclusive o Lisboa. Isso me lembra o Antônia Nova. Vou citar uma frase sua para falar sobre esse projeto: “Da riqueza dos discursos à pobreza das práticas”. Falo dessas novas políticas educacionais implantadas, a nível mundial, pelo neoliberalismo, que pouco se preocupa com a educação. Ele faz um discurso lindíssimo sobre a educação, mas nós, educadores, continuamos na mesma situação.

Vou voltar no Paulo Freire. Estávamos aqui, nesta Casa, há vinte anos, em 1992, quando apresentamos um plano de carreiras, que resultou na lei 11.229, o Estatuto do

Magistério. O Sr. Arselino Tatto era um jovem Vereador e eu, uma jovem professora. Desse Estatuto, o grande princípio era: “Trabalho igual, salário igual”. O plano de carreira era como uma condição de valorização do trabalho de todos os profissionais da escola, professores, diretores, coordenadores e assistentes, sem que fosse excluído ninguém. Esse plano de carreira foi bastante alterado. Que bom, mudanças... para pior. Da riqueza dos discursos à pobreza das práticas.

Já ouvi muito dizerem: “Ah, mas se pode enquadrar automaticamente”. Pode sim. Falo das disposições transitórias da lei 11.229/92. Mudamos a tabela. Portanto, pode ser feito como foi feito lá. O primeiro enquadramento após(?) a edição dessa lei será feito, respeitados os tempos que as pessoas detinham no momento da aposentadoria. Claro que isso pode. Esse parecer favorável foi dado pelo Jurídico da Prefeitura. Está aqui. A PGM(?) deu parecer favorável. A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável à matéria. Esse é o meu apelo. Não dá mais para dizermos que há um plano de carreira, feito pelo Sr. Paulo Freire... O mundo todo o respeita, mas a Prefeitura de São Paulo não. Esse é o apelo que faço, repito.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Wlamir Lima, Secretário Geral do Sindsep.

O SR. WLAMIR LIMA – Bom dia a todos, Srs. Vereadores e representantes do Governo e Secretaria de Educação. É importante fazermos um debate quando vem um projeto para a Câmara. É bom lembrarmos que, neste ano, houve uma mobilização dos trabalhadores da Educação. É importante que o Governo respondesse as reivindicações levantadas no período da greve, feitas pela Educação. Porém, quando chegamos aqui, com a proposta que o Governo apresenta, o que vemos? O luta da categoria, referente ao período do mês de abril.

Como alguns oradores colocaram, algumas coisas foram atendidas, mas está muito aquém da resposta necessária que o Governo precisaria dar para os trabalhadores, que fizeram a mobilização no primeiro semestre. Quando discutimos a questão da constitucionalidade - vou citar um exemplo, porque o Sindsep também tem a sua

representação em outras secretarias - mesmo na Educação, temos os agentes de apoio, que não estão no quadro da Educação. O Governo acha constitucional dar reajuste de 0,01%, como está no PL 155. É isso que o Governo tenta passar para esta Casa, que existe uma constitucionalidade de cumprimento.

Como alguns oradores já levantaram, nesse PL também há esse conflito. Então, para a Educação, para a Prefeitura, há a legalidade em achar que está tudo normal, seja em cumprir os direitos dos aposentados, ou mesmo na questão que apresenta, sobre a evolução. Imporem 28 anos para chegar ao fim da carreira é brincadeira, mas isso o Governo já vem apresentando, em outras carreiras que há na Prefeitura. Falo dos agentes de apoio, de nível básico; os AGPPI(?) de nível médio e até mesmo a questão dos universitários, em outras secretarias.

Então, para o Governo, impõem que o trabalhador tem de continuar. O trabalhador sabe quando chega a sua hora. Ele precisa ter o direito garantido de sua evolução.

Estamos indagando algumas questões, e há acordo com outras entidades. Os trabalhadores já levantaram isso. Não está claro para nós se podemos evoluir imediatamente. Não entendemos que isso esteja garantido. Então, precisaria, nas modificações, estar garantida a questão de, ao ser aprovado o tempo, quem já tiver o tempo, tenha o direito de fazer essa evolução. Caso contrário, o que vai acontecer? O Governo vai impor o prazo. Só depois o projeto tem de cumprir o prazo, enquanto as pessoas já estão no quadro.

Como a mobilização foi abortada, no primeiro semestre, há uma chance agora, num projeto na Casa, a fim de dialogarmos com os trabalhadores e Vereadores, fazendo essa luta nesta Casa, para que haja modificação nesse projeto.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Eu que agradeço. Tem a palavra o Sr. Enéias Rodrigues, do Sinesp.

O SR. ENÉIAS RODRIGUES – Bom dia a todos. Cumprimento os meus amigos da

mesa, inclusive o Sr. Presidente dos trabalhos, nobre Vereador Arselino Tatto, e o Vereador Eliseu Gabriel, Presidente da Comissão de Educação, meu amigo de 30 anos de luta. Quantos anos, hein?

Tive o prazer de conversar muitas vezes com o pai do Sr. Presidente, nobre Vereador José Police Neto, quando trabalhava.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Estamos falando de um grande servidor público.

O SR. ENÉIAS RODRIGUES – Trabalhei com a Sra. Marisa Leiko Kubo, com quem trabalhei aqui durante muitos anos nessa luta. Queria ter sido chamado aqui para comemorar os 20 anos do Estatuto do Magistério. Nossa colega lembrou-nos que, em 1992, fizemos um estatuto. Lembro-me até hoje, no dia 26 de junho de 1992, quando a ex-Prefeita Luíza Erundina assinou, junto com o Sr. Mário Sérgio Portela, Secretário, na época, que havia substituído o Sr. Paulo Freire, esse Estatuto. Foi a maior conquista que nós, educadores, tivemos na história da Educação de São Paulo.

Eu não imaginava que, neste ano, com 20 anos de Estatuto, pudéssemos estar fazendo uma festa, comemorando, porque esse Estatuto, como já foi dito pela Benê, virou história. Ele foi utilizado pelo Brasil inteiro como referência. Infelizmente, subo aqui para falar... Sou aposentado, com 38 anos de carteira assinada. Trabalhei vários anos a mais para cumprir tudo o que a legislação pediu, para que eu tivesse direito à paridade e à integralidade, tudo, cinco anos no cargo, dez anos na carreira, vinte anos de magistério, trinta, tudo o que foi pedido. A lei estabeleceu lá. Falo também da garantia da integridade e da paridade. Agora somos surpreendidos com um projeto que arrebenta com tudo isso. Gostaria de saber se eu vou poder voltar para recuperar essas duas referências. Eu terei o direito de voltar para a escola? Será que eu vou ser obrigado a voltar? A grande questão é da injustiça.

Eu quero propor aqui que comemoemos os vinte anos. Não quero vir aqui para arreentarmos um Estatuto que foi construído com muita luta. O sindicato lutou muito. Nós

tivemos uma Prefeita muito competente, com sensibilidade na época, que assumiu isso, e agora somos obrigados a voltar aqui para lutarmos agora para a manutenção. Não estamos nem lutando para mais conquistar. Queremos garantir o direito do Estatuto, da integralidade e da paridade. Faço um apelo aqui aos nossos Vereadores. Fico preocupado com tudo isso. Não basta os Vereadores votarem, porque essa matéria pode ser vetada pelo Sr. Prefeito. A gente nunca sabe o que vai acontecer.

Portanto, eu acho fundamental os Vereadores estarem conosco, mas é preciso articular também que do Executivo haja essa garantia, de que não tenhamos essa medida arbitrária e desastrosa contra nós, aposentados, que continuamos na luta pela educação pública na cidade de São Paulo e no Brasil. Queremos educação pública de qualidade. Precisamos de um Estatuto como esse. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Isabel Aparecida do Nascimento, representando o Sedin.

A SRA. ISABEL APARECIDA DO NASCIMENTO – Bom dia a todos, ao Sr. Presidente, nobre Vereador Arselino Tatto e à mesa. Bom dia também aos aposentados. Ainda não sou, mas serei, em breve, se Deus quiser. Não vou ficar repetindo o que já foi colocado aqui. Faço um pedido a esta comissão. Basta chegarem projetos aqui com todas as irregularidades e passarem. Então, peço a esta comissão verificar os pontos já colocados aqui. O Sedin já fez um encaminhamento a esta comissão, para verificar a ilegalidade desse projeto. Por que digo isso? Porque chegamos aqui, fazemos discursos, falamos, cansamos e nos desgastamos. Os aposentados saem de suas atividades para complementar essa aposentadoria. Nesta Casa, falam e aprovam o que o Governo quer.

O que o Sedin está pedindo hoje para esta comissão é que ela reveja esses itens que estão em desacordo com a lei, e os vote, a fim de ser construído um projeto junto ao Governo, e que ele escute as entidades. Queremos que seja construído um projeto junto ao Governo, que contemple todos nós. Não vou repetir as ilegalidades. A mais gritante, no

momento em que se apresentou esse projeto, que já lemos, é a questão desses 28 anos, acabando com a carreira de 25 anos. Isso é a coisa mais gritante que está nesse projeto.

Durante esses anos todos, o projeto que chega a esta Casa desconstrói o que foi acordado no Estatuto do Magistério e em outras leis; e o Governo não respeita isso. O nosso pedido é que esta comissão verifique esses itens. Vamos discutir esse projeto com as entidades sindicais e quem representa os aposentados e ativos, que, amanhã, serão aposentados também. Esse é o pedido do Sedin para esta comissão.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Aparecida Benedita Teixeira, do Sinesp.

A SRA. APARECIDA BENEDITA TEIXEIRA – Bom dia a todos, inclusive os Srs. Vereadores e representantes de SME. É muito oportuna a presença aqui dessa secretaria. Acreditamos que juntos vamos alterar esse PL, por meio de emendas. Historicamente, a carreira do magistério de São Paulo sempre foi justa e isonômica entre ativos e inativos, com chance de todos chegarem até à última referência da nossa carreira, o que prevê o nosso Estatuto do magistério. Hoje, tanto homens e mulheres, docentes e especialistas, conseguem atingir esse topo até os 25 anos.

A proposta desse PL mexe com os quadros. E, pela primeira vez, os aposentados estão fora, e a mulher tem de cumprir mais três anos além do tempo previsto de aposentadoria especial.

Quero deixar claro, nobres Vereadores, que esse PL fere a Lei 11.301, do Magistério, do Governo Federal, porque ele estende o prazo de aposentadoria de modo que, se a mulher quiser atingir a última referência, ela tem de permanecer por mais três anos. Não respeita a aposentadoria especial; fere leis previdenciárias, porque, ao ser aprovada a Lei 11.301, ela alterou automaticamente as leis previdenciárias, garantindo o direito à aposentadoria especial à mulher, aos 25 anos de idade.

Fere também a Constituição, porque, ao mudar a lei previdenciária, ela impactará na Constituição Federal. Então, precisa de toda essa atenção na Comissão de Constituição e Justiça.

Até agora, todas as alterações na carreira do Magistério ocorreram com o consenso dos profissionais de educação. Apesar de todas as entidades terem solicitado muito a discussão desse PL, ele foi enviado para cá a sete chaves. Então, havia alguma coisa nele que não era correto, não era democrático, não queria ser discutido, pois veio embutido para cá.

Esse PL que está tramitando na Câmara não foi discutido dessa forma porque nenhuma entidade representante de professores, ou de especialistas, concordaria com tal absurdo. A rede municipal não quer essa proposta. Os que estão em atividade hoje serão aposentados amanhã, então é impossível que alguém concorde com essa discrepância. E mais, se passar, ocorre quebra da nossa carreira. E essa é a primeira porta de entrada para quebrar a carreira de todas as outras categorias de funcionário público.

As entidades precisam estar juntas nessa luta, impedindo que esse projeto seja aprovado. A isonomia é a palavra que temos de usar aqui. Conclamamos todos contra o desmanche da carreira do Magistério. Se o Executivo quer enquadrar, que ele faça esse enquadramento dentro do prazo previsto de 25 anos para a valorização desses profissionais. E que faça sem exigência de evolução funcional para galgar título e para chegar lá na frente.

Sabemos das dificuldades que os nossos profissionais estão enfrentando diante da legislação de evolução funcional para conseguir progredir. Se já está difícil agora, imagine com mais duas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Quero anunciar a presença da nobre Vereadora Sandra Tadeu.

Tem a palavra a Sra. Joselina Bastos, do gabinete do nobre Vereador Claudio Fonseca.

A SRA. JOSELINA BASTOS – Bom dia, Srs. Vereadores; Sra. Marisa, da Secretaria Municipal da Educação, Sr. Daniel, e todos os presentes. Primeiro, quero justificar a ausência do nobre Vereador Claudio Fonseca, que está em reunião de RE na Casa de Portugal, e essa reunião já estava agendada desde o ano passado e não havia condição de ser alterada.

Mas ele pediu que justificasse sua ausência aqui, e ele não votará a favor de nenhum projeto que exclua aposentados ou que tenha “terminalidade” na carreira além dos 25 anos. O Vereador Claudio Fonseca fez um projeto substitutivo ano passado propondo o aumento de três referências na carreira, com “terminalidade” aos 25 anos e incluindo os aposentados. Infelizmente, não foi aprovado, mas ele insistirá novamente e fará outro substitutivo com as alterações necessárias ao Projeto 310.

Como Diretora de escola aposentada da rede municipal, fico indignada com esse ataque ao direito dos aposentados, porque eu também trabalhei 32 anos para incorporar tudo o que tinha direito à minha aposentadoria. E agora vemos esse direito sendo solapado, ameaçado.

A nossa carreira foi conquistada. Atuei junto com a Sra. Iracema no movimento dos professores pela luta e organização dos professores, diretores, coordenadores. Construimos essa carreira, e é por isso que é a melhor carreira do Brasil, segundo a CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – que fez uma pesquisa de todas as carreiras do Brasil.

Fomos pioneiros em reconhecer que o professor precisava de um tempo de formação, que o seu trabalho não começava e não terminava em sala de aula. E a nossa carreira incentivou a formação com evolução funcional, que combinava títulos e formação. Não podemos perder isso.

Em minha opinião, a questão não é jurídica, porque com a reforma da previdência eles têm um balaio de recursos jurídicos para excluir aposentado de qualquer coisa. A nossa

luta é política, porque pode aumentar as referências sem prejudicar os aposentados; basta começar no 17 em vez de 14, ele dá o salto em duas referências no começo da carreira, e todos sobem duas referências.

Precisa haver vontade política de não prejudicar os aposentados. É política se combate com política. Então, se existe uma política querendo dividir a categoria entre ativos e inativos, temos de ter uma política que combata essa divisão, porque senão daqui a pouco estaremos fazendo uma campanha salarial de aposentados e outra campanha salarial dos ativos. E que poder têm os aposentados quando estão fora da carreira?

Por isso, acho uma ironia quando dizem que 60 anos é a melhor idade. Melhor idade só se for para perder direitos e para ter inimigos por toda parte, porque somos tratados como se nada mais valêssemos.

Então, temos de nos organizar e não permitir que os aposentados percam seus direitos. Construimos isso, lutamos por isso, e várias administrações tentaram destruir a nossa carreira. Não conseguiram, e não será dessa vez que conseguirão.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Esta Presidência informa o falecimento da Sra. Clara, mãe do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, ex-Presidente desta Casa. Então, peço a todos que fiquem de pé para que façamos um minuto de silêncio.

- Minuto de silêncio...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Muito obrigado a todos.

Tem a palavra agora Vera Lúcia Wei, diretora aposentada, Sinesp.

A SRA. VERA LÚCIA WEI - Bom dia a todos.

Srs. Vereadores, representantes da Secretaria de Educação, não vou repetir o que já foi colocado pelos meus antecessores, mas não posso deixar de manifestar a minha estranheza, a minha surpresa com o encaminhamento deste PL pelo atual Executivo do

Município de São Paulo. Por quê? Todos nós que aqui estamos sabemos que, desde 1983, quando, pela primeira vez, foi discutida a carreira do magistério, ela foi discutida amplamente na rede. Isso foi feito na Administração do Prefeito Mário Covas e aquele foi o embrião da carreira do magistério, que hoje todos nós defendemos.

Gostaria de dizer que a Secretaria da Educação, a atual direção da Secretaria, participou conosco desse momento de volta à democracia. (Palmas) Causa-me muita estranheza que esse PL tenha sido encaminhado à Câmara da forma como foi. Então, além das injustiças, além das inverdades, além das incoerências existentes, acho que nós, desde essa época, estivemos presentes aqui na Câmara, batalhando por essa carreira.

Gostaria de dizer também para os Srs. Vereadores que, em nenhum momento, deixamos de contar com apoio dos Vereadores. Por isso, desta vez, também contamos enfaticamente com toda a bancada de Vereadores para estar discutindo, esclarecendo, ouvindo as entidades e, principalmente, ouvindo os professores e os diretores, que são os responsáveis, em última instância, pela questão educacional no Município de São Paulo.

Acho que isso não pode ser esquecido e nós - que lutamos durante tanto tempo por essas melhorias - não vamos deixar passar e branco essa situação.

Aliás, estamos num momento muito oportuno, em primeiro lugar, porque a Educação vem tendo um destaque muito grande na mídia e vem sendo discutida amplamente; em segundo lugar, porque estamos numa época eleitoral e todos nós aqui - representando o restante do magistério, as pessoas que estão nas escolas e os demais aposentados - estaremos aqui batalhando até a eleição para que, realmente, a justiça seja feita.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Agora tem a palavra por Daniel Guth, que é assessor parlamentar, representando aqui a Secretaria da Educação.

O SR. DANIEL GUTH - Olá, boa tarde.

Lembrar aqui, então, agradecer o convite do nobre Presidente da Comissão e os

demais Parlamentares e lembrar que, na verdade, estamos aqui como ouvintes técnicos da Secretaria da Educação, mas, infelizmente, não há nenhum elemento que possamos, do ponto de vista político e do ponto de vista do impacto de qualquer alteração que se faça nesta Casa, no Legislativo, não há nenhum elemento nosso que possamos, evidentemente, nos comprometer, a não ser seguindo os trâmites de que este projeto de lei, em qualquer alteração que se faça, será analisado. Portanto, a Secretaria, neste momento não tem elementos técnicos para avaliar as mudanças que se farão por esta Casa.

- Manifestações na galeria.

O SR. DANIEL GUTH - Bem, gente, eu queria, na verdade, passar a palavra para a minha companheira de Secretaria, a Marisa - que vocês tanto conhecem - para que faça um pouco do panorama do momento de criação desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra, então, a Marisa Leiko Kubo, também da Secretaria de Educação.

A SRA. MARISA LEIKO KUBO - Bom dia a todos, bom dia Vereadores.

Bem, acho que, para também não ficar muito repetitiva, vou tentar...

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) - Pode usar a tribuna aqui. Está funcionando.

A SRA. MARISA LEIKO KUBO – Destacar, sim, alguns pontos importantes, acho, desse PL.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) - Desculpa, perdão, Marisa, esqueci-me de anunciar a presença da Vereadora Edir Sales. Desculpa, pode continuar. Obrigado.

A SRA. MARISA LEIKO KUBO - Acho que o próprio Sinesp colocou aqui, acho que também é uma reivindicação das outras entidades a questão da criação dos cargos de assistente de diretor de escola para os CEIs. Acho que isso é uma reivindicação antiga e acho que, nesse projeto, o Executivo tenta atender.

A questão da substituição do auxiliar técnico, quando ele está nomeado secretário

de escola, embora não seja da forma como a Aprofem está colocando, acho que também é um avanço - pelo menos, resgatamos um pouquinho, Margarida, essa, vamos dizer, injustiça, não é? Que é uma forma de tentar valorizar aquele profissional que busca, de uma certa forma, progredir na carreira do quadro de apoio.

A Sinesp também colocou a questão da valorização dos Conselheiros, do Conselho Municipal de Educação - embora o reconhecimento não seja só em termos pecuniários, mas aqui também é um avanço: pelo menos, procura-se, de certa forma, valorizar a participação desse pessoal do Conselho Municipal.

A gente resgata aqui também, um pouco, a questão da condição daqueles que ocupam um cargo em comissão de inspetor de alunos, de auxiliar de secretaria - principalmente, do inspetor de aluno, cujo padrão de vencimento ainda é pequeno -, com a concessão desse abono de compatibilização, embora isso seja, assim, a partir da publicação do PL.

E aí a grande, vamos dizer assim, tônica desse encontro, a questão da ampliação de duas referências, que é uma reivindicação já também antiga da rede.

Aqui vou falar em termos técnicos, que vocês estão, na questão dos 28 anos: ela seguiu uma lógica da escala que hoje atualmente nós temos aí, da tabela que nós temos, a progressão respeitou esse interstício que já existe para a alteração das referências.

Acho que tem essa questão que não vamos discutir, a questão da permanência até 28, até 25. Mas ela foi construída levando-se em consideração a questão técnica.

É isso.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) - Não há mais ninguém inscrito.

Gostaria de saber se as Sras. e Srs. Vereadores gostariam de se pronunciar.

Tem a palavra o Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL - Queria dizer que, como em tudo, só conseguiremos a

vitórias se houver mobilização. É isso que se precisa entender, é sempre assim que acontece. Se não houvesse essa pressão que há aqui - que é uma pressão democrática e correta -, isso entraria por aqui e sairia por aqui está certo? Não digo de nós Vereadores.

Quer dizer, é preciso entender, então, que isso é fundamental e é importante que,, desta reunião, a Secretaria de Educação leve essa informação. Está presente toda a direção - e outras - do movimento sindical, dos principais sindicatos da cidade de São Paulo. Estar mobilizados, assim como os Vereadores foram alertados - uma coisa também muito importante. A vida aqui na Câmara, temos tanta coisa, tanta demanda - ainda mais neste ano eleitoral -, que, se vocês não nos alertam, às vezes, muitas coisas passam meio que batidas. Não é que não queiramos, é porque realmente não fomos pressionados. Então, é assim que tem de ser.

Queria me congratular e dizer que estamos juntos nessa luta. Vamos fazer todo o possível para que mais essa vitória seja alcançada.

É só isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra, pela ordem, a Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Queria cumprimentar todos e me desculpar pelo atraso. Mas, mesmo assim, pelo atraso, faço minhas as palavras do Eliseu. Mas acho que teremos de trazer a Secretaria aqui, mais uma audiência pública. (Palmas)

Realmente, o que eles me falaram, não explicaram, absolutamente, nada. Como você disse, nós, no atrelar da campanha, só criação de cargos, tal e tal. Mas não é só isso. Tem de ser explicado de uma maneira melhor, para que possamos realmente votar e até melhorar ou fazer um outro substitutivo. Como você é da educação, caberia mais uma audiência pública.

A SRA. EDIR SALES – Não poderia deixar de estar ao lado de vocês. Sou professora, apesar de não estar atuando por conta do tempo. Sempre dei aula na periferia e percebo que o professor, tem de ser mais reconhecido. Faço palestras nas escolas e sempre

digo que o professor tem de ser mais reconhecido dada sua labuta, dado o reconhecimento do professor. Sem professor não teríamos médicos, dentista, engenheiro ou nenhuma profissão. O professor tem ser mais valorizado, porque é uma dedicação plena. É planejamento em casa, é corrigir prova em casa, por mais que tenha se modernizado tudo, quanto mais modernizamos tudo, mais incumbências tem o professor. Precisamos estar unidos. Eu sempre disse, quando eu dava aula e meu irmão Vereador Eurípedes Sales, sempre falava para gente isso, porque ele também é professor, que o professor tem de se unir mais. Muitas vezes os professores têm alguma deficiência em termos de cargos, salários, aumento de cargos, porque falta mais união. Creio que agora vocês estão dando um pontapé inicial, para que juntos possamos lutar. Sempre senti um pouco essa ausência, mesmo quando dava aula, fiz pedagogia, supervisão e a gente via muitas vezes que alguns professores têm receio de fazer reuniões, mas acredito que temos de defender nossos direitos, como professores e como em outras áreas também. Só que como somos dessa área temos de lutar. Quero parabenizar e dizer o que for em benefício da classe de professores, estaremos unidos e o que eu puder fazer para lutar com vocês lado a lado podem contar com meu apoio aqui na Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. ELISEU GABRIEL - Apenas para complementar. Não obtive nenhuma resposta da Secretaria Municipal. A destruição de uma carreira é uma questão técnica. É uma questão política acima de tudo. Acho gravíssimo esse precedente. Isso é mais do que político. É uma apunhalada no Magistério Municipal de São Paulo. Os Vereadores que estão aqui estão sensibilizados e isso é muito importante. Tenho em mãos uma emenda apresentada pelo Sinesp, que passarei as mãos do presidente da Comissão para que faça parte do eventual substitutivo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Como presidente da Comissão, lamento a ausência de representante de SEMPLA, foi convidado o Secretário. Acredito ser um desrespeito com essa Casa. Agradeço a presença de representante da Secretaria da Educação, que é claro, obvio que eu não fiquei nem um pouquinho contente com o conteúdo

do que os senhores falaram aqui. Mas respeito, pelo menos vieram. Voou encaminhar essas propostas que recebi do nobre Vereador Eliseu Gabriel, para todos os Srs. Vereadores da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e também as propostas que as entidades já encaminharam e poderão encaminhar para que os Vereadores da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, os que não puderam vir, que possam analisar, no sentido de votarem de acordo com as informações. Vou solicitar a assessoria que encaminhe cópias das notas taquigráficas dessa audiência pública para todos os Srs. Vereadores, não só da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, para os 55. (Palmas) Acredito ser extremamente importante que a Comissão de Educação, comissão de mérito, promova uma nova audiência pública, isso pode partir da própria comissão, ou provocado por qualquer uma das entidades aqui representadas. Agradecendo a presença de todos. Já adianto meu voto que será contrariamente. Agora cabe a cada Vereador votar de acordo com sua consciência e os senhores e senhoras sabem como trabalhar, procurando os Vereadores, convencendo-os das ilegalidades aqui elencadas, das injustiças que poderão ser cometidas.

Agradeço a presença de todos. Não havendo mais nada a ser tratado, estão encerrados os trabalhos.